

**Migração e Mobilidade Internacional: Diferenças no
Desenvolvimento Individual pelo Acesso ao Aprendizado
de uma Língua Estrangeira**

**Migration and international mobility: differences on the individual
empowerment by learning a foreign language**

Anaís Andrea Neis de Oliveira*

* Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR, Pato Branco - PR, 85503-390,
e-mail: anais@utfpr.edu.br

Maria de Lourdes Bernartt**

** Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR, Pato Branco - PR, 85503-390,
e-mail: marialbernartt@gmail.com

RESUMO: Considerando os fluxos migratórios mundiais contemporâneos, objetivamos destacar o aprendizado de língua(s) estrangeira(s) do local de destino de migrantes internacionais como parte importante no processo de desenvolvimento humano e de participação social dos indivíduos. A problemática identificada é a falta de ações específicas de ensino de língua portuguesa para estrangeiros estabelecidos no sudoeste do Paraná - Brasil. A produção de dados, a partir de entrevistas semiestruturadas aplicadas a grupos distintos de migrantes, permitiu-nos realizar análise de cunho qualitativo-interpretativo e comparativo. As falas de emigrantes temporários (brasileiros participantes de programas de mobilidade estudantil internacional - MEI) e de imigrantes estrangeiros estabelecidos no Brasil mostram semelhanças, contrastes e, sobretudo, indicam a importância de ações de acolhida de imigrantes que chegam ao Brasil pelo ensino da língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento. Ensino de língua portuguesa. Migração internacional.

ABSTRACT: Considering contemporary world migratory flows, we aim to highlight the significance for an international migrant to learn the language spoken at destination country, as an important part of their individual development and in the process of social participation. The initial problem detected revolves around the lack of Portuguese language teaching actions specifically designed to welcome foreigners established in southwest of Paraná state - Brazil. Data production from semi-structured interviews applied to two different groups allowed us to perform a qualitative-interpretative and comparative analysis. The speech of temporary emigrants (Brazilian students in international student mobility programs - MEI) and of foreign immigrants established in Brazil show similarities and contrasts between the two groups and indicate the importance of specific actions of Portuguese teaching that meet the real needs of immigrants in Brazil.

KEYWORDS: Development. Portuguese language teaching. International migration.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é compreender a diferença de desenvolvimento individual e de participação social de indivíduos migrantes (imigrantes e emigrantes) internacionais pertencentes a grupos que tiveram oportunidades distintas de acesso ao aprendizado da língua falada no local de destino. Sobretudo, centramo-nos em compreender a relevância da oferta de ensino de língua-portuguesa a imigrantes estrangeiros que residem no Brasil na contemporaneidade.

Os dados deste trabalho advêm de buscas de campo preliminares de uma investigação de Mestrado em Letras – Linguística cuja evolução culminou na defesa de dissertação em setembro de 2017. O *locus* da pesquisa é o município de Francisco Beltrão – PR, Brasil, considerando-se sua inclusão num quadro global e contemporâneo de fluxo de pessoas pelo mundo, quer a migração almejada, como é o caso de indivíduos que buscam qualificação em outros locais do globo, quer a migração forçada, na busca pela sobrevivência.

A investigação configura-se como uma pesquisa de campo, do tipo exploratória, com análise de dados de cunho qualitativo-interpretativo e comparativo. Nossa perspectiva teórica se embasa em Bakhtin (2003), Vygotsky (1991a e 1991b) e Marx e Engels (2001), autores que reconhecem o papel social da linguagem no desenvolvimento humano. Ainda que de modo breve, também buscamos apresentar leis que fazem referência a direitos e garantias humanas, com foco no direito de migrar e no direito ao desenvolvimento em plenitude.

As inquietações que justificam a pesquisa surgem de vieses distintos, porém, confluentes, a saber: o cenário global e contemporâneo relativo a intensos movimentos migratórios; a relação entre linguagem e desenvolvimento humano; a crescente presença de “novos rostos” de imigrantes de diferentes nacionalidades na região sudoeste do Paraná – Brasil, e a percepção da necessidade de desenvolvimento individual para participação social de grande parte desses imigrantes frente à falta de oferta de cursos de língua portuguesa especificamente concebidos para atender estrangeiros, sendo este último o fator que mais influenciou a realização do trabalho.

Assim, buscamos ouvir migrantes internacionais que tivessem vivenciado experiências opostas em termos de oportunidade de aprendizado da língua estrangeira do local de destino no intuito de responder à seguinte pergunta de pesquisa: que traços, graus

de facilidades e/ou dificuldades de desenvolvimento individual e de participação social podem ser percebidos nas falas de indivíduos migrantes internacionais nas situações em que: A) não tiveram acesso e B) tiveram acesso a ações específicas para estrangeiros para o ensino-aprendizagem da língua falada no país de destino?

Considerando o fato de que não encontramos dentre a comunidade de imigrantes estrangeiros residentes no Brasil indivíduos que tiveram a oportunidade de participar de ações específicas de aprendizado de língua portuguesa, buscamos estabelecer tal comparação a partir de entrevistas aplicadas a emigrantes temporários brasileiros que participaram de programas de mobilidade estudantil internacional¹ e que puderam aprender a língua do país de destino em cursos especificamente voltados para estrangeiros. Deparamo-nos, então, com dois grupos de indivíduos migrantes pertencentes a realidades distintas: de um lado, um grupo de imigrantes cuja vinda para o Brasil centra-se mais no deslocamento forçado e, de outro lado, um grupo de estudantes brasileiros cuja estadia no exterior visou o incremento curricular acadêmico pelo intercâmbio estudantil. Entremedio a essa distinção, contudo, identificamos em ambos os grupos a dependência do aprendizado da língua do local de destino a fim de garantir participação social, inserção no mercado de trabalho, manutenção do desenvolvimento individual e acesso a serviços básicos de saúde, educação, informações. Assim, na ausência de grupos mais homogêneos, mantivemos a pesquisa ancorada na similaridade da necessidade do aprendizado linguístico e também, na compreensão de que ambos os grupos passam pelo crivo estatal em termos de parcerias internacionais que suportam estudantes brasileiros na realização de intercâmbio estudantil e em termos de acolhida e autorização de ingresso e residência de imigrantes com diferentes situações sociais e econômicas.

Para fins de compreensão terminológica relativa à migração, adotamos, neste artigo, o mesmo entendimento contido na recém sancionada Lei de Migração, n.º 13.445, de 24 de maio de 2017, a saber:

- II - imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;
- III - emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior; (BRASIL, Lei Ordinária n.º 13.445/2017).

¹ Ciência sem Fronteiras – programa de mobilidade estudantil internacional implementado pelo Governo Federal brasileiro entre 2011 e 2015. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>. Acesso em 19 out. 2017.

O termo “migrante” é utilizado em sua forma genérica com referência ao indivíduo que se desloca, independentemente do ponto de vista de chegada ou partida.

A exposição da pesquisa divide-se do seguinte modo: apresentação das concepções teórico-metodológicas relacionadas à linguagem e ao desenvolvimento humano, além da conceituação de temas adjacentes como globalização e direito humano de migrar; no segundo tópico, apresentamos o contexto da pesquisa e os dois grupos de participantes entrevistados; o terceiro tópico é dedicado à apresentação metodológica da pesquisa, seguido da análise dos dados no quarto tópico e de nossas considerações finais.

LINGUAGEM, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO

A comunicação faz parte do dia a dia de muitos seres vivos, no entanto, o modo como homens e mulheres conseguem utilizá-la, com representações objetivas de pensamentos e atividades, permite-lhes intercâmbios sociais e lingüísticos de caráter único e diferenciado de outros animais. Sobre esses últimos, Vygotsky (1991b, p. 31) afirma que: “(...) não há provas de que os animais tenham atingido o estágio de representação objetiva em qualquer uma das suas atividades”. O mesmo autor, (1991a/b), ao apresentar o papel do pensamento e da linguagem, observa que, para o homem, a linguagem atua no estabelecimento de processos sociais complexos de subjetivação e objetivação e, conseqüente, de desenvolvimento, dada a sua natureza social, como afirmam Marx e Engels (2001).

O filósofo Mikhail Bakhtin (2003) discorre sobre a relevância da linguagem nas relações sociais e no desenvolvimento do ser humano, considerando que “Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem.” (BAKHTIN, 2003, p.261). Por sua dinamicidade, a linguagem participa do processo de complexificação das atividades e relações sociais humanas. Por meio do pensamento e da linguagem, novos mundos são criados e compartilhados. “A produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real.” (MARX e ENGELS, 2001, p. 18). Dada a importância do papel da linguagem para o desenvolvimento humano, quando um indivíduo migra para outra nação, cuja língua falada diverge da sua materna, o aprendizado da nova língua é tomado como necessidade e mesmo garantia da efetiva participação no novo contexto social e da continuidade do

desenvolvimento humano dos indivíduos. Assim, enquanto utilizamos o termo linguagem para nos referir à comunicação em termos genéricos, para a compreensão deste artigo, referimo-nos mais especificamente ao aprendizado de uma língua estrangeira-alvo, aquela falada no local/país de destino de migrantes internacionais.

O contexto amplo da presente pesquisa considera o quadro global e contemporâneo de grandes migrações internacionais ao redor do mundo e, para o melhor entendimento do trabalho, procuramos, na sequência, explicitar noções relativas à globalização e ao direito humano de migrar e de se desenvolver.

O termo “globalização” pode ser compreendido como expressão de uma “aldeia global no seu processo de desenvolvimento contínuo onde há intensificação e diversificação de fluxos de pessoas, bens, serviços, capitais, tecnologias e ideias” (ZAMBERLAM, J. *et al.*, 2009, p. 17). O processo globalizador carrega consigo uma infinidade de outros processos em uma via de mão dupla, ou seja, processos políticos, econômicos, culturais que fomentam a globalização e que por ela são fomentados.

Embora não seja um processo exclusivo do tempo presente, a globalização se apresenta como um arquétipo de complexificação das atividades humanas atuais. Giddens (1990) avalia a globalização como um processo dialético inerente à modernidade, em que transformações locais podem alcançar relações distanciadas das que as moldaram, ela representa a “(...) intensificação das relações sociais mundiais que ligam localidades distantes de modo que acontecimentos locais são moldados por eventos que ocorrem a muitas milhas de distância e vice versa.” (GIDDENS, 1990, p. 64 - tradução nossa).

Além das distâncias, as noções de tempo e de identidade também são afetadas pela globalização, no que Hall (2015) denomina de período da modernidade tardia ou da pós-modernidade. Tal compressão nos faz ter a sensação de que “o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância. (HALL, 2015, p. 40). O efeito da “compressão espaço-tempo”, como discorre Hall (2015), pode ser visualizado no grande aumento do fluxo migratório, iniciado após a Segunda Guerra Mundial e impulsionado pela própria movimentação mercadológica. A título de exemplificação, evocamos a seguinte declaração do autor (2015, p. 48): “Na era das comunicações globais, o Ocidente está situado apenas à distância de uma passagem aérea. ”. Os movimentos migratórios humanos contemporâneos, são, portanto, participantes (quer como causa, quer como efeito) desses processos globalizantes. Há, para o indivíduo migrante, um deslocamento

que afeta seu espaço, seu tempo, suas relações sociais, sua oportunidade de desenvolvimento humano e sua constituição identitária.

Dada a diversidade das relações humanas, a migração ocorre permeada por uma infinidade de processos surgidos tanto seu local de origem quanto no de destino. Exemplos desses processos podem ser movimentos político-ideológicos, étnicos, culturais, religiosos ou mesmo eventualidades como catástrofes naturais. Assim, o ser/tornar-se migrante pode se referir a um papel socioidentitário escolhido deliberadamente ou mesmo um ao qual o(s) indivíduo(s) tenha(m) sido forçado(s) a assumir, em função desses processos acima exemplificados.

O indivíduo que migra, então, carrega consigo processos complexos inerentes ao seu local de origem e passa, a partir da chegada ao destino, a conviver com novos processos que exigem aprendizado e desenvolvimento. Para efeitos desse desenvolvimento, os migrantes internacionais são os que encaram mais desafios em obter acesso equitativo às oportunidades de aprendizado e de habilidades de vivência (UNESCO, 2015, p. 119).

No Brasil, acompanha-se a recente publicação e regulamentação da Nova Lei de Migração, Lei Ordinária n.º 13.445, de 24 de maio de 2017², sendo considerada como importante marco no combate à criminalização da migração e na prevenção de situações de discriminação, xenofobia e racismo contra imigrantes e na busca pela igualdade humana. Com a publicação da nova lei, revogam-se a Lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949; e a Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro) que até então regiam a situação de estrangeiros no país.

Quanto às questões de igualdade, tanto o Estatuto do Estrangeiro (possuía) quanto a Nova Lei de Migração possui em seu texto a menção à igualdade entre estrangeiros e brasileiros. O art. 95 da Lei n.º 6.815/1980 garantia ao estrangeiro residente no Brasil, o gozo de “todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, nos termos da Constituição e das leis”; e o art. 4.º da nova Lei da Migração garante ao imigrante, “em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”, além de outros direitos e liberdades civis, sociais, culturais, econômicos.

² A Lei Ordinária 13.445 foi aprovada a partir do projeto de Lei PL 2516/2015. O texto final do projeto aprovado pelo Senado Federal recebeu dezoito vetos presidenciais antes de sua assinatura e publicação. Mesmo com os vetos, a publicação da lei é

No entanto, na prática, não é o texto da lei que efetivamente corresponde ao acesso equitativo de que um imigrante necessita. A migração humana e o modo como os homens aprendem e se desenvolvem são reconhecidos como parte de sua natureza e declarados como direitos universais. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, da Assembleia Geral das Nações Unidas, o direito de migrar é citado no art. 13, enquanto o direito de se desenvolver em plenitude aparece no art. 26. No caso dos migrantes internacionais, a questão do desenvolvimento em plenitude ganha novas significações quando refletimos sobre o distanciamento que passa a haver de quase todas as suas referências identitárias do migrante (sociais, educacionais, econômicas, familiares, culturais) e sobre, em muitos casos, haver um abismo entre sua língua materna e a língua do país de destino. Assim, enquanto fatores sociais e econômicos se mostram como obstáculos observáveis, o domínio da língua do local de destino não deve ser negligenciado, dado sua importância para que migrantes internacionais efetivamente tenham acesso equitativo a oportunidades de desenvolvimento humano pela participação social nos mais “diversos campos da atividade humana”, como referido por Bakhtin (2003).

Após a exposição da teoria que tomamos por base e do reconhecimento de dificuldades enfrentadas por migrantes internacionais, no próximo tópico apresentamos o contexto da pesquisa.

CONTEXTO DA PESQUISA

O contexto deste estudo parte de um *status* geral e global, relativo a migrações internacionais contemporâneas, que exerce influência sobre contextos mais particulares, como é o caso do registro da presença de migrantes (imigrantes e emigrantes) internacionais no município de Francisco Beltrão, no sudoeste do Paraná – Brasil.

A fim de exemplificar a situação contextual global, buscamos duas publicações jornalísticas da BBC Brasil, de outubro de 2015, com dados relativos a fluxos migratórios contemporâneos que apontam 2014 como o ano em que “o drama dos refugiados sírios voltou a chamar a atenção com a chegada de milhares de cidadãos às ilhas gregas [...]” (BBC-BRASIL, 2015). Segundo a mesma mídia, a partir disso, países europeus e americanos se comprometeram a receber quantidades determinadas de asilados sírios, levando a temática até mesmo para acirrados debates políticos em diversos países. O

drama vivido pelo povo sírio está longe de ser o único na atualidade, portanto, serve aqui apenas como um exemplo.

No Brasil, diversas resoluções regulamentam a entrada de estrangeiros em geral, e há até mesmo algumas que amparam a recepção de nacionalidades específicas, como é o caso da Resolução Normativa CONARE n.º 17/2013, que trata de abrigar indivíduos deslocados pelo conflito armado na República Árabe Síria, e a Resolução Normativa n.º 97/2012, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que “dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti” com base em razões humanitárias. Há, ainda, no caso brasileiro, o reconhecimento do Ministério da Agricultura, da crescente presença de estrangeiros que contribuem para a exportação de produtos alimentícios, como é o caso do abate Halal³, considerado como o “abate permitido” conforme as determinações de países importadores de origem islâmica.

No sudoeste do Paraná, é possível encontrar, na atualidade, imigrantes advindos de países da América do Sul e África, além do Haiti, Síria, e de diversos países de cultura islâmica. Em se tratando desta pesquisa, em Francisco Beltrão – PR, localizamos uma comunidade de cerca de 80 estrangeiros de diferentes nacionalidades, são eles: bengalis, sírios, angolanos, ganenses, guiné-bissauenses, israelenses, libaneses, iraquianos e palestinos. Conforme relatos dos que aceitaram participar das entrevistas, os motivos de vinda ao Brasil são diversificados, incluindo pedidos de refúgio, estudantes e trabalhadores. Ainda sobre o contexto de Francisco Beltrão, um levantamento em instituições de ensino, sindicatos e igrejas nos mostrou que não há, no momento, ações específicas de ensino da língua portuguesa no sentido de acolher esses estrangeiros.

Considerando nossos objetivos de pesquisa e a ausência de imigrantes estrangeiros residentes em Francisco Beltrão que relatassem ter tido acesso a ações de aprendizagem de língua portuguesa, encontramos num grupo de estudantes brasileiros, emigrantes temporários, a oportunidade de estabelecer pontos de comparação entre indivíduos com e sem acesso a ações de aprendizagem da língua do local de destino. Esses estudantes emigraram para diferentes países, entre 2012 e 2014, pela participação no Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)⁴, de Mobilidade Estudantil Internacional (MEI), um

³ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/01/industrias-brasileiras-fazem-abate-religioso-de-carnes-para-garantir-mercados-estrangeiros>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

⁴ A Concessão de bolsas **para alunos da graduação**, do Programa Ciência sem Fronteiras, ocorreu entre 2012-2014, sendo descontinuada em 2016, alegadamente por falta de recursos novos. Disponível em: Volume 18
Número 41

programa surgido de acordos de cooperação internacional entre governos e Instituições de Ensino Superior do Brasil e de outras nações. Os convênios fizeram parte de estratégias adotadas na busca pela chamada internacionalização do ensino superior brasileiro e, no caso dos estudantes de graduação, a MEI funcionou como um meio de qualificação acadêmico-profissional.

Portanto, é nesse contexto global e local, com a notada presença de grupos de imigrantes e emigrantes internacionais que desenvolvemos a pesquisa que relatamos a seguir.

MÉTODO DE PRODUÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta investigação se caracteriza como uma pesquisa de campo do tipo exploratória (MINAYO, 2008). Para a produção de dados, optamos por entrevistas que seguiram um roteiro semiestruturado. Após a constatação de que estrangeiros residentes em Francisco Beltrão não encontram ações de ensino de língua portuguesa especificamente voltadas para estrangeiros, passamos a nos questionar sobre como a participação social e o desenvolvimento individual desses indivíduos poderia ser diferente caso houvesse tais ações. Na ausência de possibilidade de compararmos indivíduos migrantes com perfil semelhante, encontramos em estudantes brasileiros residentes no mesmo município e que viveram temporariamente na condição de emigrantes internacionais, a oportunidade de observar a experiência migratória de um grupo de pessoas que teve oportunidade de frequentar aulas da língua do local/país de destino.

Cientes de que esses dois grupos de migrantes vivem/vieram experiências de migração distintas um do outro e mesmo entre indivíduos do mesmo grupo em alguns casos, percebemos que observá-los sob o viés da oportunidade de aprendizado da língua do local pôde nos dar pistas sobre similaridades e diferenças que ambos enfrentaram em termos de vivência/participação social e o quanto o acesso ou não ao aprendizado da língua do local de destino e, a consequente participação social, atuou sobre seu desenvolvimento individual.

É com base nessa distinção de realidade que formulamos a pergunta de pesquisa a fim de descobrir que traços, graus de facilidades e/ou dificuldades de desenvolvimento

individual e de participação social podem ser percebidos nas falas de indivíduos migrantes internacionais nas situações em que: A) não tiveram acesso e B) tiveram acesso a ações específicas para estrangeiros para o ensino-aprendizagem da língua falada no país de destino?

Considerando-se o cunho exploratório da pesquisa, não foram preestabelecidos critérios como tempo, frequência, tipo de formalidade de ações que pudessem ser identificadas. Assim, apresentamos a proposta de pesquisa a migrantes dos dois grupos que localizamos no município e, ao todo, para esse momento, seis indivíduos aceitaram conceder-nos entrevista mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido conforme planejamento aprovado em Comitê de Ética em Pesquisa pelo parecer n.º 1544529 de 14 de maio de 2016. Três dos participantes são imigrantes estrangeiros que atualmente estão vinculados a uma empresa especializada em abate Halal e três são brasileiros que viveram na condição emigrantes internacionais durante o curso de graduação. Nas entrevistas, buscamos identificar menções a categorias como: convivência social, laboral e/ou estudantil e desenvolvimento individual que foram possibilitados pelo aprendizado linguístico.

Os parâmetros para inclusão de participantes voluntários nos grupos foram: GRUPO A: imigrantes originários de países não lusófonos, maiores de dezoito anos, residentes há, ao menos, um ano no município de Francisco Beltrão – PR, Brasil.; e, GRUPO B: brasileiros residentes no mesmo município, maiores de dezoito anos, e que estiveram em país não lusófono por, ao menos, um ano letivo durante seu curso de graduação. As entrevistas foram todas registradas em áudio e, posteriormente, transcritas conforme Preti (1999), com adaptações quanto aos turnos de fala. A análise dos dados é sobretudo qualitativa-interpretativa e comparativa.

Conforme planejamento ético, no intuito de preservarmos as identidades dos participantes e facilitarmos sua identificação, utilizamos pseudônimos para nos referirmos às falas dos participantes, e a letra “P” para identificar as falas da pesquisadora. No quadro abaixo apresentamos os pseudônimos e alguns dados quantitativos relevantes:

Quadro 1: Participantes da pesquisa

GRUPO A - Estrangeiros estabelecidos em Francisco Beltrão – PR				
Pseudônimo*	Língua(s) do país de origem	Conhecimento prévio de língua portuguesa	Tempo de permanência no destino	Frequentou curso de português no Brasil?
Ganense_IEB	Hausa, inglês e Asante	Não	8 anos e 4 meses	Não
Bengalês_IEB	Bangla (pouco de inglês)	Não	5 anos	Não
Palestino_IEB	Árabe e inglês	15 dias de contato	8 anos e 6 meses	Não
GRUPO B - Brasileiros participantes de programa de MEI em país não lusófono				
Pseudônimo*	Língua(s) do país de destino	Conhecimento prévio da língua do país de destino	Tempo de permanência no destino	Frequentou curso de LE-adicional no país de destino?
EUA_MEI	Inglês	Inglês (sim)	1 ano e 5 meses	Inglês por 6 meses
Espanha_MEI	Espanhol e Catalão	Espanhol (sim) Catalão (não)	1 ano	Catalão por 6 meses
Canadá_MEI	Inglês	Inglês (não)	1 ano e quatro meses	Inglês por 6 meses

Pseudônimos: GRUPO A) gentílico do país de nacionalidade e iniciais da expressão Imigrante Estrangeiro no Brasil (IEB); GRUPO B) nome/sigla do país de destino e iniciais do termo Mobilidade Estudantil Internacional (MEI). * As falas do voluntário Ganense_IEB foram livremente traduzidas do inglês para o português.

Fonte: Dados da pesquisa.

ANÁLISE DOS DADOS

Como reflexão inicial deste tópico de análise, é importante destacar que ao propormos uma comparação entre situações de grupos de migrantes que enfrentaram/enfrentam situações distintas, partimos da noção de que tanto quando o Brasil firma acordos institucionais para a mobilidade estudantil internacional quanto quando estabelece critérios para aceitação de residência de imigrantes estrangeiros em solo Brasileiro há, aí, o reconhecimento de direitos desses dois grupos.

Contudo, enquanto os entrevistados do GRUPO B, estudantes brasileiros, emigram com um notado suporte institucional, social e familiar; a acolhida legal brasileira e concessão de residência a indivíduos do GRUPO A, estrangeiros advindos de situações socioeconômicas diversas e mesmo adversas como no caso de refugiados, não vem

acompanhada de um suporte estatal para que esses indivíduos aprendam a língua portuguesa. Compreendemos que o domínio da língua é questão fundamental para que tais imigrantes internacionais participem dos mais “diversos campos de atividade” na sociedade brasileira (BAKHTIN, 2003), mantendo seu direito ao desenvolvimento individual e garantindo o gozo de direitos constitucionais similares aos brasileiros, a contribuição social e econômica com a comunidade brasileira local de residência, sem o risco de se tornarem marginalizados sociais e comporem índices de analfabetismo ou de aumento da discriminação e da pobreza.

Com base nessa reflexão o ponto de partida das entrevistas foi questionar os participantes sobre se haviam tido a oportunidade de aprender a língua portuguesa antes de chegar ao Brasil, no caso do GRUPO A; e se possuíam conhecimento prévio da língua do país de destino antes de sair do Brasil, no caso do GRUPO B. Um resumo das respostas pode ser encontrado no Quadro 1 do tópico 3. Abaixo, transcrevemos trechos de falas que trazem informações relevantes:

GRUPO A

- Ganense_IEB [00:02:13] não não não... Eu nunca aprendi português eu comecei ah... a aprender português (bem aqui) no Brasil... [...] veja... quando cheguei ao Brasil:... eu penSAva que as pessoas no Brasil falavam inglês... sabe?... eu não sei porque eu não tive essa ideia de... antes de vir para o Brasil eu estava pensando que... brasileiros falavam inglês ALÉM de português eles falavam inglês você entende?
 Ganense_IEB [02:51]MAS... quando eu cheguei ao aeroporto eu fiquei um pouco confuso... sabe?
 P [00:02:55] foi um choque para você?
 Ganense_IEB [02:56] foi um choque... ninguém era capaz de me entender ATÉ MESMO os oficiais de segurança no aeroporto... não conseguia falar comigo [...] ninguém... motoristas de taxi... qualquer um que seja...
- Bengalês_IEB [00:01:24] não
- Palestino_IEB [00:01:44] éh só eu aprendeu o pásico... tipo um... se alguém vai perguntar o nome... o idade...
 Palestino_IEB [00:04:58] é tipo uns quinze dias... esses quinze dias é: esses: livros que deram pra nós... aí... pra... tipo... prende um pouco de:... sobre a língua portuguesa...
 Palestino_IEB [00:49] [...] na verdade é::... eu: morava no campo do refugiados aí antes de quando a gente (fugindo) no guerra do Iraque... aí tinha um:... um pessoal do ONU que eles deu alguns livros aí pra nós pra gente aprender.... mas também o... a gente éh.. fala com sotaque inglês... é com:...éh tipo a gente aprendeu errado no campo aí... alguma palavras aí...

GRUPO B

- EUA_MEI [00:00:53] eu fiz: de específico Inglês dois anos e meio
- Espanha_MEI [00:01:45] (um pouco) não.... TANTO... quanto:: eu acho que seria:: importante mas eu tinha um conhecimento... razoável eu diria [de espanhol]. [...] Catalão [...] não era ((risos)) um língua que eu sabia e eu achava muito interessante...
 P [00:04:17]ah ham... você teve que utilizar o catalão no teu dia a dia?
 Espanha_MEI [00:04:23] ((tosse)) então... na região apesar do espanhol ser uma língua oficial... Basicamente a maior parte da população falava catalão...
- Canadá_MEI[00:00:31] não

Como vimos, no caso dos entrevistados do GRUPO A, o único que relatou algum conhecimento prévio de língua portuguesa foi Palestino_IEB por meio de material didático durante quinze dias. Já no caso do GRUPO B, apenas Canadá_MEI relatou não ter conhecimento do idioma utilizado no Canadá. Além disso, é importante notar a fala de Espanha_MEI, destacando que mesmo tendo algum conhecimento da língua do país de destino, isso não correspondia ao que ele julgava que seria suficiente.

De início, percebemos que enquanto a maior parte do GRUPO B chegou ao país de destino com algum conhecimento relativo à língua falada nos respectivos países, nenhum participante do GRUPO B chegou ao Brasil com conhecimento razoável da língua portuguesa. Outro destaque importante é observado na ênfase dada por Ganense_IEB, ao fato de que sua fluência em língua inglesa, uma língua internacionalmente conhecida, não foi útil para a inserção social no Brasil. Fato também observado no caso de Palestino_IEB.

Como segunda parte da pesquisa, perguntamos aos entrevistados de ambos os grupos sobre a oportunidade de participar de ações de ensino-aprendizagem da língua do país de destino, com ênfase em ações voltadas a estrangeiros. Abaixo, relatamos suas falas:

GRUPO A

- Ganense_IEB [00:05:11] EU NUNCA participei de curso de português no Brasil desde que eu vim para o Brasil... Eu nunca participei de curso... eu aprendi português sozinho... eu tive que usar dicionários e TENTAR... () (o pouco) ah:... Inglês que eu entendia eu usava para comparar... entende ((risos))

- p [00:01:24] e quando você chegou aqui?
 Bengalês_IEB [00:01:26] eu aprendeu...
 p [00:01:27] você aprendeu ... você foi em algum curso de português?...
 escola? para prender português?
 Bengalês_IEB [00:01:33] no no no no no... só conversa conversa ()
 aprende
- Palestino_IEB [00:01:50] onde você quer... é esses coisas básicas...
 pra conseguir... éh... ((ruído)) (movimentar) com as pessoas... mais eu...
 eu fiz esforço aí... sozinho... também... pra aprender mais né... a língua
 portuguesa...

GRUPO B

- EUA_MEI [00:04:52] [...] era um curso de preparação de alunos
 internacionais que iam ingressar na universidade local era... era isso...
 dividido em gramática vocabulário listening... né... speakup [...] foi
 trabalhado bastante linguagem acadêmica e tal... mas junto: foi uma
 preparação pro meu pro meu dia a dia...
- P. [00:05:01] uh hum... eh você acha que isto te ajudou bastante no teu
 dia dia LÁ.... ter a oportunidade de ir participar desse curso.
 Espanha_MEI [00:05:08] sim principalmente porque eu morei numa
 casa de família então:... no caso a:... dona da casa só falava catalão né
 então nesse quesito:... foi de grande importância ter estudado os seis
 meses porque provavelmente eu não tivesse estudado seria muito difícil
 conversar e... falar normalmente..
- P. [00:03:24] e ele era um curso voltado pra estrangeiros?
 Canadá_MEI [00:03:27] sim... completamente[...] todo mundo tava lá
 tipo era o mesmo nível sabe... (exemplo) tinha gente da CHÍna:... da/
 todo lugar assim tinha gente lá e você sentia que tipo todo MUNdo
 tinha o mesmo:... o mesmo nível né só que (néh) tipo pro chinês acaba
 sendo bem mais complicado néh porque tipo tudo é diferente lá todo o
 alfabeto deles é completamente diferente [...] eles se importavam com
 que você passasse de nível... e você podia ir lá conversar com ele sobre
 qualquer dificuldade que você tava tendo e eles te davam tipo tutores
 de aulas extras se você precisasse...

Enquanto as respostas dos entrevistados do GRUPO A referem-se apenas a um aprendizado empírico, pela vivência no dia a dia, todos os indivíduos do GRUPO B afirmaram ter tido aulas especificamente desenhadas para estrangeiros e que, embora fossem aulas com fins acadêmicos, elas tiveram impacto direto na vivência diária na sua participação social. Suas falas evocam situações reais de vivência com a linguagem, daí retomamos a importância de se reconhecer que tanto pensamento quanto linguagem são manifestações da vida real, dada a natureza social do homem e, conseqüentemente, de suas atividades (MARX e ENGELS, 2001; VYGOTSKY, 1991a/b). Assim, assegurar o desenvolvimento linguístico corresponde, de certo modo, a um “investimento” em desenvolvimento humano real, considerando-se que caráter e formas de uso da linguagem

Volume 18
 Número 41

apresentarem-se “[...] tão multiformes quanto os campos da atividade humana”. (BAKHTIN, 2003, p.261).

Embora tanto a realização da mobilidade estudantil internacional quanto a concessão de visto de permanência e residência de imigrantes passe pelo crivo governamental brasileiro, observamos que mesmo havendo o reconhecimento da vulnerabilidade de muitos estrangeiros que adentram o Brasil, tais indivíduos não encontram amparo em ações de ensino-aprendizagem de língua portuguesa especificamente voltadas a atender estrangeiros.

Assim, a partir das falas dos entrevistados, procuramos compreender as facilidades e dificuldades de participação social nas atividades cotidianas em seus respectivos locais de destino e percebemos que, apesar de os indivíduos do GRUPO A estarem por quase seis anos a mais do que o GRUPO B em seu destino, ou seja, uma média de 7 anos e 3 meses de residência no Brasil, não houve menção de convivência/amizade que não fosse com outros estrangeiros. Apenas Ganense_IEB referiu-se a uma “mulher que eu conheci”, que lhe emprestou um dicionário, e relatou estar matriculado em curso superior no Brasil. Por outro lado, dois dos três entrevistados do GRUPO B explicitamente relataram convivência social com residentes locais:

- P [00:07:51] sim éh:: que experiências de cotidianos que você tinha lá por exemplo ãh... em que você usava linguagem corriqueiramente não sei por exemplo merCAdo, EUA_MEI [00:08:02] ah ham... acho que todas as:: as possíveis néh... téh de sair com meus amigos americanos que eu fiz lá:: não só americanos néh tudo que é tipo de país... médico tive que ir no médico também... ãh:: auto escola... fiz auto escola... acho que é isso pegar metrô: mercado tudo
- Espanha_MEI [00:05:08] sim principalmente porque eu morei numa casa de família então:... no caso a:... dona da casa só falava catalão né então nesse quesito:... foi de grande importância ter estudado os seis meses porque provavelmente eu não tivesse estudado seria muito difícil conversar e... falar normalmente...
- Canadá_MEI [00:02:46] então depois que eu terminei os seis meses de curso que consegui terminar o nível... e aí () fiz quatro meses de estágio... na minha área neh[...] depois desse tempo [...] você já se sente mais seguro porque você está estagiando com pessoas que moram lá néh.
 [...]
 Canadá_MEI [00:04:50] e aí depois eu mudei pra... dentro da faculdade que eles têm um dormitório () dentro da faculdade... e depois eu mudei pra uma república fora da faculdade... eu queria morar com pessoas de lá mesmo néh... éh... éh...

No caso do GRUPO B, cuja média de tempo de estadia no exterior foi de um ano e três meses, nas suas falas pudemos perceber que o fato de estudarem a língua estrangeira-alvo lhes garantiu maior facilidade de acesso à convivência social.

Dentre os participantes do GRUPO A, Bengalês_IEB, já há cinco anos no Brasil, foi o que mais teve dificuldades de acompanhar a entrevista e de compreender as perguntas sendo, porém, o único a afirmar não ter problemas com a linguagem no seu cotidiano. Esse fato se apresenta a nós como uma contradição, porém, possivelmente não observada ou não sentida pelo próprio entrevistado. Nosso entendimento se embasa nas teorias vygotskianas (1991a), sobre desenvolvimento, a partir das quais nos arriscamos a supor que a própria falta de domínio linguístico o leva a tal afirmação por, talvez, não ter consciência de sua situação; ou, ainda, ao retomarmos Marx e Engels, podemos nos questionar sobre o quanto a falta do domínio linguístico pode comprometer a noção de participação consciente dos mundos compartilhados, na linguagem da vida real. (MARX, 2001).

Após serem questionados sobre uma situação hipotética inversa, todos os participantes do GRUPO A afirmam que, caso tivessem tido acesso a ações de ensino de língua portuguesa antes de saírem de seus países ou mesmo após a chegada ao Brasil, isso teria feito toda a diferença para seu engajamento social. Para melhor exemplificar, trazemos a fala enfática de Ganense_IEB, relatando a demora em conseguir adentrar um curso universitário no Brasil.

Ganense_IEB [00:09:37] ah:... depois de oito anos AGORA... Eu estou tendo a oportunidade de estudar na universidade do Brasil.
 p [00:09:44] você está estudando? [...] p [00:09:47] parabéns...
 Ganense_IEB [00:09:47] muito obrigado... depois de OITO ANOS... so isso significa que SE eu tivesse TIDO... a oportunidade de... da língua portuguesa MAIS CENDO... isso significa que... talvez hoje... isto/ eu eu não estaria... no... PRIMEIRO semestre... eu poderia ser um profissional do QUE EU QUERIA você entende?]

Das falas dos entrevistados, percebemos que a oportunidade de aprender o idioma do local de destino, dada aos participantes do GRUPO B, durante seis meses, acelerou o seu desenvolvimento individual e ampliou as possibilidades de participação social ativa na comunidade em que estavam inseridos. Ao contrário desses, os participantes do GRUPO A, que apenas tiveram contato empírico de aprendizado da língua portuguesa,

demonstram ainda enfrentar dificuldades de participação social ativa e, conseqüentemente, de desenvolvimento individual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a presente situação mundial e local em termos de deslocamento humano ao redor do mundo, esta pesquisa de campo, do tipo exploratória, com ênfase em uma análise qualitativa e comparativa, procurou observar graus de facilidade e dificuldade de desenvolvimento individual e participação social de dois grupos de migrantes internacionais, partindo-se da concepção de que o aprendizado da língua falada em seus respectivos locais de destino exerce grande influência em termos de desenvolvimento individual equitativo e participação social. O fator considerado chave para essa análise é a compreensão, em BAKHTIN (2003) de como o uso da linguagem participa de todos os campos de atividade humana e como, no caso de migrantes internacionais, a garantia da manutenção de participação social e do desenvolvimento humano depende do aprendizado da língua do país de destino.

A partir de entrevistas a dois grupos distintos de migrantes internacionais, GRUPO A e GRUPO B, identificamos que o GRUPO B, que pôde aprender a língua do local de destino em cursos especificamente moldados para atender estrangeiros, teve mais chances de participação social e de desenvolvimento individual, enquanto as falas do GRUPO A nos levam a concluir que a demora na aquisição da língua portuguesa e mesmo a sua aquisição apenas em experiências cotidianas levaram a uma morosidade em seu desenvolvimento individual e, conseqüentemente, na sua pouca atuação na comunidade onde estão inseridos.

Embora a legislação brasileira procure garantir a igualdade de tratamento entre brasileiros e estrangeiros residentes no país, a falta de ações formais de ensino da língua portuguesa para imigrantes demonstra que leis como a Lei da Migração e a própria Constituição Federal não são capazes, por si só, de garantir igualdade de condições de participação social e desenvolvimento individual. Tais leis podem, portanto, ser acompanhadas de políticas públicas que auxiliem de maneira prática na diminuição paulatina de desvantagens enfrentadas por estrangeiros, como é esta que abordamos da falta de domínio da língua portuguesa.

Considerando-se que este trabalho apresenta resultados embrionários de pesquisa, muitas lacunas restam abertas para o aprofundamento da compreensão da realidade da migração no local estudado. Espera-se que este e novos estudos possam, quiçá, contribuir para o rompimento de barreiras de discriminação e desigualdade social e de morosidade em políticas públicas que atravancam garantias de direitos humanos universais, seja para o migrante que chega, ou mesmo para o brasileiro que emigra.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. pp. 261-306.
- BBC BRASIL. *Oito capítulos para entender a crise na Síria, que dura mais de 4 anos*. Edição 13 de outubro de 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151012_crise_siria_entenda_rb. Acesso em 18 abr. 2016.
- BRASIL. LEI n.º 818, de 18 de set. de 1949. *Diário Oficial da União*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10818.htm. Acesso em 21 dez. 2017.
- _____. RN n.º 97, de 12 de janeiro de 2012. *Diário Oficial [da] União*. Brasília, DF, 13 de jan. 2012. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/33582333/dou-secao-1-13-01-2012-pg-59>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- _____. RN n.º 17, de 20 de set. de 2013. *Diário Oficial [da] União*. Brasília, DF, Conselho Nacional de Imigração, 2013. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/59458269/dou-secao-1-24-09-2013-pg-29>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- _____. PL 2516/2015. *Câmara dos deputados: projetos de leis e outras proposições*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594910>. Acesso em 23 abr. 2017.
- _____. *Lei Ordinária n.º 13.445/17*. Institui a Lei de Migração. Senado Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>. Acesso em 08 jun. 2017.
- GIDDENS, A. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. 12ª ed, 1ª impressão.
- MARXS, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MINAYO, M. C. S. Técnicas de análise do material qualitativo. Em: _____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- ONUBR. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. UNIC/Rio/005, Janeiro 2009. (DPI876). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em 18 dez. 2015.
- CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS. *Painel de controle do programa Ciência sem Fronteiras*. Data Mart do Ciência sem Fronteiras. Dados atualizados até janeiro de 2016. Não paginado. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>. Acesso em 19 dez. 2017.
- PORTAL BRASIL (Brasil). Ministério da Agricultura. *Indústrias brasileiras fazem abate religioso de carnes para garantir mercados estrangeiros*. Atualizado em 28 jul. 2014.

Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/01/industrias-brasileiras-fazem-abate-religioso-de-carnes-para-garantir-mercados-estrangeiros>.

Acesso em: 24 abr. 2017.

PRETI, D. (org). *Análise de textos orais*. 4. Ed. São Paulo: Humanitas Publicações. FFLCH/USP, 1999. Série Projetos Paralelos: V1.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991a.

_____, L. S. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.b.

UNESCO. *Education for all 2000-2015: achievements and challenges*. UN. UNESCO, 2015. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org/Library/Pages/default.aspx> Acesso em: 18 dez. 2015.

ZAMBERLAM, J. *et al. Os novos rostos da imigração no Brasil*. Porto Alegre: Solidus, 2014. 81p.

Data de recebimento: 22/05/2017

Data de aprovação: 22/12/2017